

# Os vínculos entre comércio, gênero e igualdade. Uma análise para seis países da América Latina<sup>1</sup>

Paola Azar, Alma Espino e Soledad Salvador

Capítulo Latino Americano da  
Rede Internacional de Gênero e Comércio (LAGTN)

## Introdução

A maneira em que os países participam no comércio internacional influi na atribuição interna de recursos e gera setores produtivos e agentes “ganhadores” e “perdedores”. Os movimentos e processos econômicos que o comércio internacional põe em marcha em cada sociedade interagem com o sistema de relações de gênero vigente. Como resultado, são assimilados de formas diferentes por mulheres e homens e tem efeitos diferentes sobre seu bem-estar. Deste modo, mesmo que nem as políticas comerciais, nem o desenvolvimento do comércio internacional criam por si mesmos as desigualdades de gênero, podem modificá-las.

Economistas feministas como Diane Elson, Irene van Staveren, Marzia Fontana, Nilufer Çaçata<sup>c</sup> e Mariama Williams, entre outras, tem proposto vários enfoques e metodologias na procura de mostrar a existência destes efeitos diferenciados, seu alcance e relevância. Em seus trabalhos, freqüentemente alinhados com entornos analíticos alternativos aos da análise econômica convencional, têm destacado explicitamente, os possíveis custos de transferência e a carga de ajuste que as reformas comerciais podem induzir sobre a economia dos lares, o trabalho não remunerado e o apoderamento econômico global de homens e mulheres (UNCTAD, 2004). Também têm ressaltado o efeito de realimentação entre as desigualdades de gênero e as mudanças econômicas promovidas pela liberalização comercial no nível do mercado de trabalho (Fontana, Joekes e Masika, 1998).

Na América Latina, os avances na análise do comércio desde esta perspectiva ainda são escassos, mesmo sendo certamente crescentes. Em particular, a Rede Internacional de Gênero e Comércio, cuja investigação tem eixo nesta matéria específica, vem desenvolvendo desde 2001 diferentes aproximações para avançar neste campo<sup>2</sup>. A informação reunida no presente artigo é parte de tais esforços.

Desde finais dos anos setenta, no contexto do impulso generalizado das políticas de liberalização dos mercados, o comércio tem sido visto como o “motor do crescimento”. Nas palavras de Dany Rodrik: “o comércio se tornou a lente para perceber o desenvolvimento, em vez de ser o inverso”.

Entretanto, os anos passaram e a realidade não tem se comportado de acordo com o esperado. Não há provas de que a liberalização comercial conduz automaticamente ao crescimento econômico e ainda menos a intercâmbios justos entre países. Com relação às

---

<sup>1</sup> Este artigo está baseado nos relatórios de investigação elaborados pelas equipes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai no entorno do projeto: “Comércio, Gênero e Igualdade na América Latina: gerando conhecimento para a ação política”, do Capítulo Latino Americano da Rede Internacional de Gênero e Comércio. Este contou com o apoio financeiro do Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento, Canadá (IDRC-CRDI).

<sup>2</sup> Suas diferentes investigações para a região podem ser consultadas em [www.generoycomercio.org](http://www.generoycomercio.org)

desigualdades de gênero, a liberalização comercial não tende equilibrar o acesso a postos de trabalho; nem tem diluído as brechas salariais e a segregação do trabalho por gênero. Também não tem produzido mudanças profundas no acesso à tecnologia e a melhores condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras.

Este trabalho procura oferecer elementos para a discussão sobre os canais pelos quais o comércio internacional pode alterar as desigualdades de gênero e afetar, deste modo, a igualdade social. Parte de reconhecer que as mulheres estão em relativa desvantagem comparadas aos homens na distribuição da riqueza, no acesso aos bens públicos e as esferas de poder devido, em parte, a divisão do trabalho predominante. Por estas razões, considerando os impactos de gênero atendendo somente aos vínculos entre comércio e mercado de trabalho, ignora-se todo um acúmulo de restrições que impedem que as mulheres se desempenhem na esfera de trabalho em condições de igualdade com os homens. Considerando que grande parte dessas restrições provém das responsabilidades assumidas pelas mulheres no âmbito da reprodução social, a proposta deste estudo é integrar dito âmbito à análise geral.

O presente artigo examina o conteúdo do emprego por sexo e nível de educação associado ao comércio exterior e as instituições e arranjos familiares que fazem ao funcionamento da economia do cuidado, para Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai em 2005. Baseia-se no enfoque proposto por D. Elson, que remarca a existência de vínculos entre os níveis “macro – meso – micro” da economia. Mediante este entorno analítico procura-se visualizar que o comércio não é um fenômeno macroeconômico separado das instituições e comportamentos individuais nos quais impacta e interage.

O artigo estrutura-se da seguinte maneira: na seção I se apresentam o entorno analítico e a proposta metodológica aplicada. A seção II resume os resultados sobre a proporção de emprego do comércio internacional por sexo e sócios comerciais para o conjunto das economias analisadas. Na seção III reúnem-se os detalhes sobre a provisão de serviços de cuidado de cada país. Finalmente, a seção IV contém as principais conclusões do trabalho.

## **I. Entorno de análise e proposta metodológica**

O gênero é uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas, mas é só parte de uma construção social complexa de identidade, hierarquia e diferença. A raça, a etnia, a classe e a sexualidade são outras categorias socialmente construídas que se interceptam com o gênero para determinar a localização social dos indivíduos. As relações de gênero se estabelecem em base às normas e convenções com as que as sociedades estabelecem os direitos, comportamentos esperados e identidades com que definem os homens e mulheres, a partir da divisão sexual do trabalho entre a esfera produtiva e reprodutiva.

Na primeira, de domínio tradicionalmente masculino, se realiza o trabalho para o mercado, concretizando-se na produção de bens e serviços que tem um preço. A segunda, onde predominam as mulheres, é onde tem lugar a reprodução da vida em termos biológicos, da força de trabalho e do sistema social como um todo. O trabalho que se realiza neste âmbito é invisível, já que não se valoriza economicamente, mesmo sendo imprescindível para o

funcionamento do sistema econômico (Espino, A., 2007). Inclusive, o termo economia do cuidado, que será explicado mais adiante, enfatiza precisamente que neste espaço se produz, mesmo que o trabalho que se requer não seja remunerado.

Historicamente, a rígida divisão sexual do trabalho limitou a possibilidade das mulheres para desempenhar-se na esfera produtiva e, em geral, para atuar no âmbito do “público”. Também manteve os homens longe das atividades reprodutivas. Estas pautas de atuação se transmitem a partir de regras, algumas formais (jurídicas, políticas, econômicas como direitos de propriedade ou contratos), outras informais (costumes, práticas, religião), consolidando um entorno institucional que reflete na “ordem de gênero”. Sobre sua lógica, os papéis e posições sociais dos homens e mulheres estão sujeitos a diferentes valores e fortes assimetrias de poder, reproduzindo as desigualdades entre uns e outras.

Esta ordem de gênero interage com o resto das instituições, em particular com as do sistema econômico, determinando um reparto desigual de recursos e oportunidades entre pessoas. Esta desigualdade é um dos pontos mais visíveis das assimétricas relações entre homens e mulheres.

A teoria econômica convencional costuma excluir de sua área de análise as relações sociais de poder e entre elas as relações de gênero. Devido às hipóteses do individualismo metodológico sobre os quais se institui, evade as dificuldades para compatibilizar comportamentos individuais, sujeitos a diferentes oportunidades e restrições, com os resultados agregados de uma economia. O “agente representativo”, guiado por uma lógica racional e maximizada, supõe-se capaz de dar conta da heterogeneidade de motivações, condições e comportamentos das pessoas. Os fenômenos macroeconômicos aparecem explicados pela soma de ações em nível micro, mediadas –segundo algumas correntes– por instituições ou acordos institucionais<sup>3</sup>. Os indivíduos não são vistos como construtores de instituições, que ao mesmo tempo os moldam. Portanto, a teoria enfrenta dificuldades para reconhecer as possibilidades de transformação da ordem institucional e para assumir a relação de ida e volta entre os processos econômicos e as características particulares das pessoas e grupos de pessoas que se vêm afetadas.

Muitas vezes, estas propriedades do enfoque dominante e seu método de análise explicam por que a economia tem sido uma das últimas ciências sociais em desenvolver uma vertente feminista. May (2002) sinala que: *“entender por que a economia tem sido tão pouco hospitalaria com a investigação feminista requer reconhecer que esta é altamente política e está intimamente associada com a racionalização de um determinado sistema de distribuição do poder e do status, que em uma sociedade pecuniária, freqüentemente se traduz em uma particular distribuição da riqueza e dos ingressos”* (p.9).

Em oposição à teoria convencional (ou “corrente principal”), a economia feminista postula que a macroeconomia se institui sobre um conjunto de relações distributivas entre os diferentes grupos sociais, entre as quais se encontram as que formam o gênero (Elson, D. e

---

<sup>3</sup> Como as idéias da Nova Economia Institucional, delineada em North, D. C. (1981): *Structure and Change in Economic History*. W. W. Norton & Co. , New York; North, D.C. (1990): *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge University Press, New York; Williamson, O. E. (1989): *Las instituciones económicas del capitalismo*, Fondo de Cultura Económica, México.

Çağatay, N. 2000). Os indivíduos deixam de ser “representativos”: participam de uma ordem hierarquizada que se reflete em instituições de diversas índoles que moldam, por sua vez, os comportamentos individuais e que são passíveis de serem modificadas no processo. Comparte, pois, com os neokeynesianos, os novos institucionalistas, os marxistas e evolucionistas a inquietação de restabelecer alguns princípios do corpo teórico da economia convencional (Lawson, T., 2003; Argawal, B., 2004, Van Staveren, I., 2005).

A aplicação das hipóteses da “corrente principal” para análise dos impactos de gênero do comércio internacional tem se concentrado no campo do emprego. Enfatizando as vantagens relativas da liberalização comercial em termos de redução de brechas salariais e o aumento da ocupação (seguindo a teoria de Hecksher-Ohlin e o teorema Stolper-Samuelson)<sup>4</sup> e o retrocesso da discriminação (teoria de G. Becker)<sup>5</sup>. Entretanto, os resultados dos trabalhos empíricos têm estado escassamente alinhados com as previsões teóricas (Wood, A., 1991; Joekes, S., 1995; Fontana, M. et. al., 1998; Kucera, D. e Millberg, W., 2000; Seguino, S., 2000; Çağatay, N. 2001; Artecona, R. e Cunningham, W., 2002; Osterreich, S., 2002).

Em conseqüência, nem o diagnóstico nem as políticas derivadas do entorno teórico convencional aparentam ter conduzido à obtenção de mudanças destacáveis na situação das mulheres, que contribuíram de maneira definida na equidade de gênero. Isto gera a necessidade de procurar novas abordagens, que permitam entender outras dimensões da relação entre a ordem econômica e a ordem de gênero.

Seguindo os pensamentos da economia feminista, neste artigo propõe-se uma análise que toma o enfoque da D. Elson (1995, 1998). Segundo este, os fenômenos econômicos produzem impactos simultâneos em três âmbitos – macro, meso e microeconômico. As conexões entre eles acontecem através das políticas macroeconômicas, que interagem com o nível mesoeconômico (mercados de fatores – principalmente o do trabalho; instituições vinculadas aos regimes de bem-estar, direitos de propriedade, políticas públicas) e ao nível microeconômico, onde participam os lares. Surge assim, um ida e volta a partir do micro para o macro, embora reconhecendo a presença do gênero em todos os três níveis.

Neste trabalho, as conexões entre esses níveis são exploradas, por um lado, através da relação entre o comércio e o mercado de trabalho (níveis macro e mesoeconômico) e por outro através da revisão da economia do cuidado e da distribuição de tarefas dentro dos lares (nível meso e microeconômico). Entende-se que estas últimas formam um entorno de restrições que atuam fortemente sobre o acesso das mulheres a esfera de trabalho, em

---

<sup>4</sup> De acordo com o teorema de Hecksher-Ohlin um país terá a tendência a ser mais eficiente na produção dos bens que utilizam intensivamente seus recursos abundantes. Por sua vez, seguindo o teorema de Stolper-Samuelson, os fatores produtivos relativamente escassos em um país serão relativamente caros na ausência do comércio e os abundantes relativamente baratos. O comércio fará com que a estrutura de salários e outros preços relativos a fatores tendam a serem parecidos entre países. Por isto, quando os países se especializam na exportação de bens intensivos no trabalho não qualificado, se espera que isto se traduza num aumento do salário relativo desses trabalhadores, e vice-versa. Em base a estes teoremas teve a hipótese que com a liberalização comercial tenderiam aumentar os postos de trabalho das mulheres, por serem similares ao trabalho de baixa qualificação e inserção em setores de baixos salários.

<sup>5</sup> De acordo à hipótese de G. Becker (1971), o incremento da concorrência que gera o comércio internacional reduz o incentivo dos empregadores discriminar as mulheres, em particular em setores onde os empregadores, utilizam seus maiores benefícios para cobrir os custos da discriminação.

condições de igualdade se comparadas aos homens. No restante desta seção, será detalhado como funciona cada uma das ligações entre as peças do quadro analítico adotado e quais são as suas implicações.

A partir do nível macroeconômico, o comércio e seus instrumentos explicam parte da realização da produção dos países. Para obter-la, as unidades produtivas, localizadas em diferentes setores e ramos de atividade, utilizam o trabalho de homens e mulheres e o combinam com o resto dos fatores produtivos. O fato de que uns e outras tenham acesso em diferente medida e sujeitos a diferentes condições do mercado de trabalho, mostra como a ordem de gênero se reflete neste âmbito mesoeconômico. Os mercados de trabalho que possuem em seus efeitos as políticas comerciais não apresentam ocupação plena, estão altamente segmentados, verificam segregação por gênero (concentração de mulheres em certas atividades e tipos de ocupação) e discriminação salarial (brecha entre as remunerações médias de homens e mulheres, devidas em parte a existência da segregação).

Assim mesmo, a dinâmica do mercado trabalhista se apóia na ação de outras instituições, como as que asseguram a reprodução da força de trabalho e do próprio tecido social. Entre estas se encontram os pertences “economia do cuidado”, entendida como espaço de bens, serviços, atividades, relações e valores que permitem cumprir as necessidades mais básicas para a existência e reprodução das pessoas. Se bem uma parte bastante considerável destes serviços é prestada nos lares, em base ao trabalho não remunerado das mulheres, também são oferecidos pelo setor público e o mercado (Espino, A., 2007). O uso do termo “economia do cuidado” enfatiza que estes bens ou serviços geram, ou contribuem a gerar valor econômico.

A forma como se organiza a provisão do cuidado tem importantes implicâncias em termos de igualdade de gênero. Na medida em que aumenta a inserção feminina no mercado de trabalho, as mulheres somam o tempo de trabalho remunerado às suas responsabilidades pelas tarefas do lar e da comunidade. Na maioria dos casos, este ajuste tem implicado limitar suas horas de descanso e seu tempo de lazer pessoal; suas formas de participação política e social. Por este motivo, a dupla (ou tripla) jornada tem significado um deterioramento da qualidade de vida das mulheres (Rodríguez- Enríquez, 2005).

A existência de instituições públicas e/ou privadas que cobrem tarefas de cuidado contribuem em colocar sua execução fora do âmbito dos lares. Entretanto, as pessoas têm um acesso variável a estes serviços dependendo por uma parte, do grau e das condições em que estejam mercantilizados e por outra, da medida em que seu desenvolvimento seja internalizado pelas políticas públicas como responsabilidade social e peça chave do bem-estar.

Vários estudos mostram que os avances da participação feminina no trabalho não tiveram seu correlato com a inserção dos homens nas tarefas de cuidado do lar nem com a expansão de instituições ocupadas de cobrir estas necessidades (CEPAL, 2007).

Em nível micro, os lares -basicamente mediante o trabalho não remunerado das mulheres das famílias- provêm às estruturas produtivas da força de trabalho e a força de trabalho dos valores, apoios e modelos sociais, que permitem que se desempenhem como tal. Como

sinala Picchio (2001): “... *As práticas cotidianas se encaixam com o mercado de trabalho e com as formas de acesso à renda que regulam a mobilidade, os tempos e as condições de trabalho.... O trabalho não remunerado desenvolvido no âmbito doméstico e familiar serve de apoio para a seleção, realizada no mercado de trabalho, das pessoas e as capacidades pessoais efetivamente utilizadas nos processos produtivos, facilitando, material e psicologicamente, os processos de adaptação aos mesmos e/ou absorvendo as tensões que geram*” (p. 4).

A aplicação de um entorno analítico que capte a dinâmica dos âmbitos mencionados, tenta mostrar que se bem que mesmo que as políticas comerciais não necessariamente estão baseadas nos requerimentos da economia do cuidado, nem se desenham para ser compatíveis com objetivos de igualdade no acesso aos recursos ou na participação das pessoas nas esferas produtiva e reprodutiva, têm consequências diferenciadas sobre todos estes aspectos e, portanto, sobre a igualdade de gênero.

### ***Aspectos metodológicos***

Na primeira parte do trabalho se pressupõe a “proporção de emprego do comércio exterior”. É dizer, calcula-se a força de trabalho ocupada nos empregos gerados pelas exportações totais ou potencialmente deslocados pelas importações (Castilho, M., 2005 e 2006). A informação foi classificada por setor de atividade (de acordo à Classificação Internacional Industrial Uniforme), sexo e nível educativo.

Em termos abreviados, a estimação se realizou de acordo ao seguinte cálculo matricial:

$$E_{jx1} = N_{jxj} * (A_{jxj} \cdot X_{jx1}), \text{ onde}$$

$E_{jx1}$ : ocupados/as nos  $j$  setores de atividade

$A_{jxj}$ : matriz Leontief de coeficientes técnicos

$N_{jxj} = n_{jx1} \times I_{jxj}$  onde  $N_{jxj}$  é uma matriz diagonal, cujos términos correspondem aos coeficientes diretos de emprego setoriais ( $n = \text{emprego/produto}$ ). Estes coeficientes podem calcular-se para o total da força de trabalho, para ocupados homens e mulheres e segundo anos de educação da força de trabalho.

$X_{jx1} (M)$ : o vetor de exportações ou importações

Como podemos ver, um resultado intermediário da estimação proposta é o chamado “coeficiente direto” ( $n$ ). O mesmo dá conta da quantidade de pessoas ocupadas na produção com respeito ao total produzido nas diferentes atividades. Portanto, constitui um indicador da intensidade de emprego em cada uma delas.

O cálculo foi realizado tanto para as exportações e importações totais ( $X, M$ ) como para as dos principais sócios comerciais dos países considerados. Só no caso do México, a análise

por sócio comercial se limitou aos do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), que explica mais de 80% dos intercâmbios internacionais desse país.

Deve-se destacar que este processo pressupõe-se ao impacto no emprego setorial do conjunto das exportações/importações. Isto é, permite constatar “quanto empregador” resulta o atual padrão de inserção internacional para os países. Não mostra desagregadamente qual é o efeito das exportações de um setor sobre o emprego em sua própria atividade e qual sobre o resto dos setores.

O único caso analisado que seguiu uma metodologia de estimação diferente, mesmo chegando a resultados comparáveis, foi o do Chile. Aqui se pressupôs o Valor Bruto da Produção (VBP) por ramo requerido para satisfazer a demanda de exportações; logo foi determinado o monto total de remunerações (de assalariados/as) dentro do Valor Agregado (VA); finalmente, considerando o dado exógeno de remunerações médias por ramo, determinou-se o nível total de emprego assalariado por ramo. As estimações de emprego associadas a exportações consideraram o vetor de exportações totais da Matriz Insumo Produto, e logo, a partir das matrizes inversas determinou-se o nível de emprego assalariado requerido. Neste caso, os “empregos diretos” referem-se ao associado aos bens exportados, enquanto que o emprego indireto é o associado aos laços produtivos anteriores de cada bem exportado.

Para o conjunto dos países, os dados utilizados correspondem à média do período 2003-2005 e se baseou em três fontes: a Matriz Insumo Produto o Quadro de Oferta e Utilização; exportações e importações de bens e Pesquisas de Lares ou de Emprego.

A aplicação da metodologia descrita apresenta várias limitações. Entre elas, se sinala seu caráter estático (Leamer, 1996); se explicou que não recolhe os efeitos da “ameaça” competitiva que o comércio pode exercer sobre o mercado de trabalho (Borjas, Freeman e Katz, 1992 e 1996). Segundo Cortes, Jean e Pisani-Ferry (1996), os indicadores são calculados por indústria, segundo a classificação das matrizes de insumo-produto, e a concorrência internacional dada à escala de produto. Isto não leva somente a uma divergência na estimativa do número de empregos perdidos, senão também ignora os movimentos da mão-de-obra que podem ser produzidas no interior de um setor<sup>6</sup>. Não obstante, constitui uma ferramenta simples e, como foi afirmado em diversas análises: um bom ponto de partida.

Como resultado da estimativa proposta, é possível ordenar os ramos produtivos de acordo com a proporção de emprego por sexo e nível de qualificação do comércio exterior e visualizar diferentes situações, de acordo aos sócios comerciais. Trata-se da cadeia macro - meso do esquema analítico.

A segunda parte do trabalho releva a oferta de serviços de cuidado, considerando como horizonte temporal a última década. Sistematiza-se informação sobre legislação e regulações, acesso aos serviços, ação de instituições específicas. Também se integraram os dados disponíveis sobre a distribuição de funções para o interior do lar e sobre as ajudas

---

<sup>6</sup> Por uma discussão detalhada das vantagens e desvantagens da ferramenta metodológica, ver Castilho, M.(2006)

informais que se realizam entre lares ou desde a comunidade para resolver necessidades de cuidado.

Baseado nesta exploração é possível cobrir a cadeia meso-micro do esquema analítico. Os dados reunidos permitem visualizar em que medida a liberalização econômica afetou a oferta de serviços e em que sentido; até que ponto, pois, a participação feminina no mercado de trabalho foi acompanhada pelo desenvolvimento de uma institucionalidade que permitisse cobrir necessidades de cuidado e reconhecer as restrições institucionais e de recursos que impõe o funcionamento da economia do cuidado da igualdade de gênero.

## **II. Comércio exterior e emprego**

A recente história das economias do subcontinente dá conta de uma abertura acelerada, com aumento dos fluxos do comércio internacional, que registrou um maior crescimento das importações que das exportações. Também mostra como resultado uma reestruturação do órgão produtivo regional, centrado no aprofundamento de vantagens comparativas estáticas presentes na produção de matérias primas e indústrias processadoras de recursos naturais, principalmente nos países do Cone Sul. No México e países da América Central e no Caribe, se desenvolveu a produção sujeita ao regime de maquila, com uso intensivo de mão-de-obra não qualificada (CEPAL, 2002; Cimoli, M., 2005).

Em termos de emprego, os países compartilham o crescimento da taxa de atividade e emprego feminino, que dá lugar a uma proporção maior de mulheres comparadas aos homens dentro da força de trabalho que no passado. Também, a melhora no nível educativo da força de trabalho, liderada pelo aumento nos anos de educação das mulheres.

Estas mudanças têm a ver com transformações ocorridas do lado da oferta de trabalho, como as melhoras na educação, as variações nos ingressos dos lares, o aumento dos divórcios, o menor número de filhos em média, as mudanças culturais. Como conseqüência, foi observado um notório incremento da proporção de lares com ambos os cônjuges ocupados e lares de pai ou mãe solteiros com chefes mulheres que trabalham.

Pelo lado da demanda, a maior presença feminina no mercado de trabalho se relaciona com mudanças nos tipos de ocupação que se expandem e com o tipo de atividades produtivas que se desenvolvem ou que vão desaparecendo. As reformas estruturais aplicadas nos últimos 25 anos na região, somadas as condições impostas pelo processo de globalização econômica e financeira, contribuíram para estas modificações. Alguns episódios característicos da nova realidade têm a ver com a diminuição do órgão do Estado, a flexibilização das regulações trabalhistas, a privatização de serviços públicos, a crescente presença de empresas transnacionais - em particular, de serviços; a gradual perda de competitividade de indústrias manufatureiras tradicionais como têxteis ou de vestuário. Como conseqüência, a proporção de postos na indústria manufatureira tem diminuído comparada ao total, enquanto que o setor dos serviços tem aumentado sua participação, apoiando o emprego feminino tanto em atividades vinculadas a economia do cuidado como em segmentos mais modernos, que preferem destrezas femininas ou níveis de educação elevados (setor financeiro, informática, telecomunicações).

Especificamente, o trabalho feminino vinculado com o padrão do comércio internacional dos países está influenciado pelas diferenças de gênero do mercado de trabalho, mas também pelo grau de especialização ou diferenciação das estruturas produtivas e as próprias políticas comerciais utilizadas. Estas podem ampliar os segmentos característicos da pauta exportadora tradicional de cada economia ou orientar-se a mudanças nas especializações e a diversificação produtiva, que estimulem a criação de emprego, em particular o de melhor qualidade. Podem condicionar o grau de incorporação de tecnologia ou conhecimentos na produção e os níveis de escolaridade da mão-de-obra requerida.

Na seqüência, baseado na metodologia detalhada na seção II, é mostrada a evidência coletada sobre algum destes aspectos para os países incluídos no estudo.

### *A quantidade de emprego no comércio exterior e suas características*

O emprego feminino afetado pelo comércio internacional é reduzido comparado ao total da força de trabalho feminina, tanto no que se refere às exportações como às importações. Para a Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, o saldo de emprego (diferença entre a quantidade nas exportações e as importações) é positivo dando lugar para a caracterização de países exportadores netos de mão-de-obra. Ao contrário, no caso da Colômbia este saldo é negativo.

Por sua vez, quando se compara a quantidade de emprego feminino e masculino no comércio exterior, observa-se que para as exportações na Argentina, Brasil e Uruguai, aproximadamente um quarto é feminino e no Chile, a porcentagem é algo menor<sup>7</sup>. No México, a proporção chega quase a 31%. Estas cifras são relativamente similares para as importações. No caso da Colômbia se diferencia dos anteriores, porque a porcentagem encontrada é apenas inferior a cifra da participação femenina no emprego total da economia (Quadro 1).

### **Quadro 1. Emprego feminino contido nas exportações e importações. Em porcentagens. 2005**

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Uruguai
Emprego Feminino Comércio / Emprego Feminino Total						
Exportações	10,0	6,1	12,6	12,0	5,0	6,2
Importações	4,7	2,6	7,3	18,0	4,5	3,1
Emprego Feminino Comércio / Emprego Total Comércio						
Exportações	27,4	26,6	21,6	42,6	30,7	27,1
Importações	24,0	30,0	24,0	41,5	28,4	24,2
Emprego Feminino / Emprego Total	42,0	40,7	25,8	43,7	35,2	43,0

Fonte: Elaboração própria baseada nos relatórios de investigação da Argentina- Rodríguez Enríquez, C. Kennedy, D. e Soltz, H. (2007); Brasil- Castilho, M. (2007); Chile- Riffó, L. e Todaro, R. (2007); Colômbia- Buitrago, L. (2007); México- Deschamps, J. e Hernández, R. (2007); Uruguai- Azar, P. (2007).

A baixa proporção de emprego feminino nas exportações comparada com a média da

<sup>7</sup> Neste caso, por razões metodológicas, está considerando-se somente o emprego assalariado vinculado ao comércio exterior.

economia é resultado da interação entre a especialização produtiva, a comercial e a segregação do trabalho de gênero. Com exceção do México, tratam-se de economias especializadas na produção de bens primários ou de escassa elaboração nacional em setores que, por sua vez, são predominantemente masculinos.

Por exemplo, do total do valor exportado pela Argentina, 52% corresponde a quatro setores: cultivos agrícolas e produção de sementes; preparação de frutas e vegetais; refinação de petróleo; autopeças e veículos motorizados. No Brasil, por sua vez, os principais segmentos de exportação são alimentos, material de transporte, siderúrgica e metalúrgica. No Chile, mais de 50% das suas vendas consistem na extração de metais, silvicultura, pesca e seu processo, agricultura e caca. O mesmo padrão se repete na Colômbia, onde quase a metade das exportações corresponde a produtos tradicionais: café, carvão, petróleo e seus derivados, ferroníquel, flores e banana. Finalmente, o Uruguai, concentra suas exportações em matérias primas e em produtos manufaturados com baixo valor agregado (alimentos e bebidas, produtos agrícolas e pecuários).

Portanto, as exportações destes países se concentram em poucos ramos. Com relação à quantidade de emprego feminino pode-se observar uma relativa concentração em poucos setores (do conjunto das analisadas), cujo qual se explicaria pelo fenômeno de segregação ao interior do emprego vinculado ao comércio. Por exemplo, no caso do Brasil, quatro setores explicam 66% do emprego feminino participante nas exportações, e três delas são ocupadas majoritariamente por homens. Estas últimas são: a indústria extrativa mineral, siderúrgica e de material de transporte. Para as importações, dos sete setores que empregam mais mulheres a maioria se concentra no comércio, serviços a empresas e vestuário. No caso das importações, a porcentagem de mulheres é relativamente superior devido à importância de material elétrico e eletrônico.

No Chile 62% do emprego feminino assalariado afetado pelas exportações se encontra na extração de minerais metálicos; pesca e logo agricultura- pecuária- caça. Para Colômbia, 84% do emprego feminino contido nas exportações se concentra em serviços, vestuário, moveis e na elaboração de alimentos e bebidas. Pelo lado das importações, quase 85% corresponde a roupa, serviços, maquinaria, equipamentos e móveis. Neste caso, se destaca a presença dos setores que são particularmente intensivas em mão-de-obra feminina (principalmente, vestuário e serviços).

Os setores que concentram o emprego feminino no comércio exterior do México (importações e exportações) são: equipamentos e aparelhos eletrônicos e elétricos; agricultura; maquinaria; materiais plásticos e suas manufaturas; vestuário. Mais de 80% do emprego feminino se concentra em seis setores. A participação femenina é um pouco maior em relação à dos homens já que grande parte de suas exportações são manufaturas provenientes da “maquila”<sup>8</sup> que apresentam poucos laços com o resto das atividades econômicas e onde os postos de trabalho têm forte presença feminina. Além disso, apresenta uma variante comparada ao resto: a preeminência de mão-de-obra feminina

---

<sup>8</sup> São unidades industriais de manufatura de produtos pela aplicação de mão-de-obra local sobre componentes e matérias primas importadas; com o objetivo de exportação. Ou seja, ingressam no país, insumos, peças e componentes montados com mão-de-obra local e devolvidos ao exterior.

relacionada com as exportações no setor “Equipamentos e aparelhos eletrônicos e elétricos” que para o resto dos países não seria um setor “feminino”.

Por último, no Uruguai, seis setores de atividade (Produtos alimentícios e bebidas; agricultura, pecuária, caca, atividades conectadas; vestuário e tingimento de peles; serviços a empresas; fabricação de produtos têxteis; produtos de cor e calçados) explicam 72% do emprego feminino vinculado as exportações e mais de três quartos desse total, correspondem a produtos alimentícios e bebidas; agricultura - pecuária e vestuário. A participação feminina é muito intensa somente em dois dos seis setores (vestuário e têxteis: 90% da força de trabalho ocupada no primeiro e 64% no segundo setor). Enquanto às importações, o emprego ameaçado é basicamente feminino e se dá nos mesmos setores afetados pelas exportações.

Em termos de qualidade de emprego, uma alta proporção das mulheres empregadas nos setores exportadores dos países do Sul, apresenta falta de cobertura da segurança social. No Uruguai, por exemplo, a situação é similar nos setores industriais e no setor agropecuário, e neste último caso, esta situação se deve à condição de trabalhadoras familiares não remuneradas. O mesmo acontece no Brasil, onde o precário emprego feminino dos setores exportadores responde à alta incidência do setor agropecuário que possui 62% de suas mulheres como trabalhadoras não remuneradas. No Chile, também é alta a situação de precariedade de homens e mulheres empregados no setor agroexportador onde a terceira parte não possui contrato e seu trabalho é braçal.

A estrutura do emprego feminino dentro das exportações por anos de educação mostra um predomínio das escolaridades médias (8 a 11 anos de educação), seguida pelas baixas (- de 8 anos). A porcentagem mais elevada de mulheres com escolaridade média se encontra no Uruguai enquanto o Brasil se destaca por conter em suas exportações 60% de mulheres com nível educativo mais baixo. Por outro lado, na Argentina e Colômbia o nível de escolaridade superior tem uma ponderação relativa maior que nos demais (Quadro 2).

**Quadro 2. Emprego feminino dentro das exportações e importações segundo anos de escolaridade. Em porcentagens. 2005**

	Argentina	Brasil	Colômbia	México	Uruguai
Emprego Feminino em Exportações por anos de escolaridade					
Baixa (até 6 anos)	37,4	60,4	32,2	38,9	23,4
Média (entre 7 e 12 anos)	35,9	32,2	45,5	53,3	58,6
Alta (mais de 12 anos)	26,6	7,4	21,8	7,9	18,0
Emprego Feminino em Importações por anos de escolaridade					
Baixa (até 6 anos)	20,9	49,7	30,5	39,9	19,7
Média (entre 7 e 12 anos)	39,7	39,9	46,1	51,0	56,8
Alta (mais de 12 anos)	39,5	10,4	22,9	9,1	23,5
Emprego Feminino total por anos de escolaridade					
Baixa (até 6 anos)	25	38,9	32,1	40,6	21,9
Média (entre 7 e 12 anos)	35	43,6	39,3	33,3	51,9
Alta (mais de 12 anos)	39	17,5	28,1	26,0	26,2

Fonte: Elaboração própria baseada nos relatórios de investigação da Argentina- Rodríguez Enríquez, C. Kennedy, D. e Soltz, H. (2007); Brasil- Castilho, M. (2007); Chile- Riffó, L. e Todaro, R. (2007); Colômbia- Buitrago, L. (2007); México- Deschamps, J. e Hernández, R. (2007); Uruguai- Azar, P. (2007).

No México, o emprego feminino associado às exportações dentro do TLCAN pertence predominantemente ao nível educativo intermediário; enquanto o ensino terciário (superior) é muito reduzido e diminuiu entre 1994 e 2004, tomando como referência o momento prévio à entrada deste acordo em vigência- Ao mesmo tempo, tem aumentado a participação dos homens menos educados. No caso das importações, o emprego feminino apresenta um nível educativo médio e baixo. No período de comparação, o perfil de mão-de-obra associada às importações foi modificado tanto para homens como para mulheres, mas no primeiro caso o aumento mais considerável se dá no nível educativo mais baixo.

Em síntese, o emprego feminino dentro do comércio exterior destes países é relativamente baixo. Isto pode ser conseqüência da baixa incorporação de emprego nos setores vinculados ao comércio exterior, como a própria segregação ocupacional por sexo, onde as mulheres estão empregadas em setores não comercializadores. Claramente, verificamos isto na Argentina, Brasil e Uruguai onde a participação de mulheres no emprego total é substancialmente maior a direta ou indiretamente vinculada ao comércio internacional.

Os níveis de escolaridade que caracterizam estes empregos são mais baixos que a média, mesmo que esta situação seja relativamente diferente analisada aos postos de trabalho associados às importações, caracterizados por níveis um pouco mais elevados. Este resultado também está vinculado ao padrão de especialização produtiva destes países, que costumam ser importadores netos de bens que, como os de capital, requerem direta e indiretamente trabalhadoras e trabalhadores com maiores qualificações para a sua produção. Deve-se considerar também, que os setores empregadores relativamente mais qualificados são também aqueles menos intensivos neste fator.

### ***Quantidade de emprego por sócios comerciais***

A importância do emprego feminino no comércio por sócio se relaciona com os volumes comercializados: quanto maior intercâmbio, maior proporção. Em termos gerais, a quantidade do emprego feminino, não contém diferenças relevantes que se expliquem pelo perfil do acordo exportador com cada sócio.

Na Argentina, o emprego feminino associado às exportações concentra-se principalmente com a União Européia (trata-se de mão-de-obra de baixa qualidade) e logo no MERCOSUL. Os sócios que seguem em importância são os EUA e Chile, que apresentam um perfil de escolaridade mais elevado. Por sua vez, os empregos ameaçados pelas importações receberão um maior impacto do comércio com o MERCOSUL, União Européia e EUA. Novamente, este último sócio, e inversamente ao ocorrido com as exportações, a União Européia se apresentam como as regiões onde a quantidade de emprego afetada é a de maior nível educativo. Os países andinos e Chile, diferente ao que foi observado para as exportações, são as regiões com uma proporção de emprego de nível educativo mais baixo (Quadro 3).

**Quadro 3. Argentina: distribuição das exportações, as importações na quantidade de emprego feminino por sócios comerciais. Em porcentagens.**

	Estados Unidos	União Européia	MERCOSUL	Chile	Andinos (inclui Venezuela)	Resto do mundo	Total
<b>Exportações</b>	11,0	16,0	19,3	11,4	5,3	37,0	100,0
Emprego feminino	7,4	19,9	15,1	7,4	5,1	45,1	100,0
<b>Importações</b>	14,3	16,7	38,7	2,0	1,7	26,7	100,0
Emprego feminino	14,6	16,6	38,0	2,2	1,6	27,0	100,0

Fonte: Elaboração própria baseada nos relatórios de investigação da Argentina- Rodríguez Enríquez, C. Kennedy, D. e Soltz, H. (2007);

Para o Brasil, os sócios mais importantes em termos de emprego feminino são a UE (União Européia) e EUA. O emprego contido nas exportações para a UE e China é o que mostra menor nível educativo (65% do nível baixo no emprego feminino total). Estes resultados são explicados basicamente pela especialização da economia brasileira frente aos sócios, caracterizada pelas exportações de bens agrícolas e minerais. Referente aos Estados Unidos, o nível educativo da mão-de-obra feminina apresenta um padrão mais próximo dos países latino americanos, o que se explica pelo maior peso dos produtos manufaturados em suas exportações. Com relação às importações a UE e EUA se apresentam como as regiões em que o emprego feminino ameaçado tem um nível educativo mais alto. No outro extremo para o MERCOSUL, CAN, Chile e México, o peso dos empregos de educação alta e média é relativamente menor (como consequência de possuir importações de bens menos elaborados). (Quadro 4).

Se bem que neste caso, não contamos com a quantidade de postos de trabalhos por R\$ exportados, a metodologia empregada permite obter a quantidade de postos de trabalho por R\$ produzidos, total e por anos de estudos para 2003<sup>9</sup>. O valor médio, 20.8 trabalhadores por milhão de R\$ produzidos reflete características bastante ímpares entre os setores. O setor agrícola, o mais intenso em mão-de-obra (coeficiente de 49.8), é predominantemente de baixa qualificação e predomina nas exportações da UE, por exemplo; o setor industrial é o de menor intensidade de trabalho (6,1 trabalhadores por cada milhão de Reais produzidos) tem maior participação no comércio com os Estados Unidos. Os coeficientes referentes à mão-de-obra baixa, média e qualificação são idênticos, sendo o de alta qualificação muito inferior. O setor de serviços apresenta um coeficiente intermediário entre os dois precedentes - de 29,8 -. Dos três setores, a indústria é o setor que gera relativamente menos emprego para todos os níveis de qualificação.

Estas informações, juntamente com o perfil do acordo do comércio brasileiro, sugerem que o Brasil não encaixa no grupo de países, cujas vantagens comparativas se baseiam no fator trabalho: juntos, os quatro setores mais intensos em trabalhos citados somavam em 2003,15% das exportações totais, - ou seja, não têm peso importante na pauta exportadora brasileira. Por outro lado, dos três setores de maior peso na pauta de exportações, dois deles – produtos alimentícios, siderúrgica - metalúrgica (33% das exportações em 2003)-

<sup>9</sup> Coeficiente direto, ou seja, que não se consideram os empregos dos setores que fornecem insumos – devido à impossibilidade de compatibilização dos dados da matriz de Leontief e os dados de emprego de PNAD.

apresentam coeficientes de valor intermediário. O terceiro setor, material de transporte (13,6% do total exportado em 2003), apresenta um coeficiente muito baixo. Do lado das importações existe uma forte concentração nos produtos com baixa quantidade de trabalho: 60% das importações estão em setores cujo coeficiente de emprego é inferior a 10. De forma que a intensidade do trabalho com cada sócio como também seu nível de qualificação estão ligados à predominância de um ou outro tipo de produtos.

**Quadro 4. Brasil: distribuição das exportações, das importações e a quantidade de emprego feminino por sócios comerciais. Em porcentagens.**

	MERCO SUL	CAN	Chile	México	EUA	UE	China	Resto do Mundo	TOTAL
<b>Exportações</b>	10,1	5,0	3,1	3,5	19,3	22,8	5,9	30,4	100,0
Emprego feminino	7,3	3,8	2,2	2,4	17,5	27,4	17,5	32,7	100,0
<b>Importações</b>	9,7	2,6	2,4	1,1	17,2	24,7	7,3	35,0	100,0
Emprego feminino	12,6	1,8	2,5	1,0	15,9	24,5	10,3	31,5	100,0

Fonte: Elaboração própria baseada nos relatórios de investigação do Brasil- Castilho. M. (2007).

Para a Colômbia, a distribuição por sócio do emprego feminino, tanto em exportações como importações, se concentra fortemente no intercâmbio com os Estados Unidos, seguido pelo que se realiza com a UE. No caso das exportações, o emprego é de baixa qualificação, enquanto que nas importações, há empregos de média e alta escolaridade. A particularidade apresentada neste caso referente a análise do restante dos países é que os postos de trabalho feminino comparado aos dos homens no intercambio com os Estados Unidos, tem uma considerável participação: 44,3% nas vendas e 34,2% nas compras. Esta situação se deve à importância do setor de fabricação de roupas no intercambio com este sócio. (Quadro 5).

O coeficiente direto de emprego por milhão de pesos colombianos produzidos é baixo em atividade com alta participação nas exportações como extração de petróleo; elaboração de produtos alimentícios, e bebidas (8.7). Extração de carvão e lignito (0.6). O coeficiente melhora em atividades entre as atividades exportadoras do setor metalúrgico básico (1.8), agricultura e atividades relacionadas (12.5).

**Quadro 5. Colômbia: distribuição das exportações, das importações e a quantidade de emprego feminino por sócios comerciais. Em porcentagens.**

	Estados Unidos	União Européia	CAN	MERCO SUL	Resto do mundo	Total
<b>Exportações</b>	45,5	13,3	19,7	0,9	20,5	100,0
Emprego feminino	35,5	10,5	25,9	0,7	48,7	100,0
<b>Importações</b>	39,0	13,6	9,4	7,1	31,8	100,0
Emprego feminino	26,9	15,8	7,9	7,5	42,0	100,0

Fonte: Elaboração própria baseada nos relatórios de investigação da Colômbia- Buitrago, L. (2007).

Para o Chile, o maior impacto está dado pelas exportações à UE e Estados Unidos. No caso das importações o que mais se destaca é a China que concentra 29,5% do total (Quadro 6).

A primeira observação importante é que a quantidade de emprego feminino é superior nas exportações que nas importações. Justamente, no ano de 2003 o total das exportações atingiu a 8,1 pessoas versus 4,9 registrado para as importações. Semelhantemente, em todos os casos de sócios comerciais, com a exceção da China, a quantidade de emprego feminino das exportações supera aos das importações. No caso da China se produz o fenômeno inverso, onde a participação feminina nas exportações atingiu a 6 pessoas e das importações a 18,9 pessoas, o qual pode se relacionar com a importância que tem no total das importações o setor vestuário (25% do total). Por regiões, as importações com maior quantidade de emprego é o Estados Unidos (10.5) seguido pelo México.

**Quadro 6. Chile: distribuição das exportações, das importações e a quantidade de emprego feminino por sócios comerciais. Em porcentagens.**

	Canadá	Coréia do Sul	México	União Européia	EUA	China	Resto do mundo	Total
<b>Exportações</b>	2,1	5,1	4,5	24,9	18,3	9,3	<b>35,7</b>	100,0
Emprego feminino	1,9	3,5	5,0	22,0	23,9	6,9	<b>36,8</b>	100,0
<b>Importações</b>	1,9	3,1	2,7	18,5	14,5	7,7	<b>51,6</b>	100,0
Emprego feminino	2,0	0,9	1,1	11,8	7,7	29,5	<b>47,0</b>	100,0

Fonte: Elaboração própria baseada nos relatórios de investigação do Chile- Riffo, L. e Todaro, R. (2007).

Finalmente, no Uruguai o vetor de exportações que mais impacta no emprego feminino é o dos Estados Unidos, MERCOSUL+Venezuela e a União Européia, em semelhantes proporções. Devido ao tipo de produtos importados pelo Uruguai, o padrão que potencialmente movimenta mais empregos femininos corresponde ao MERCOSUL+Venezuela, logo a Índia+China e a África do Sul.

As regiões que apresentam maior nível educativo do trabalho para as exportações são o MERCOSUL e a Venezuela, seguidos pelos Estados Unidos e finalmente a UE. Este último reflete novamente, a característica de um modelo de intercambio norte-sul com certa especialização em bens primários. Pelo lado das importações, as escolaridades mais avançadas estão representadas na grande maioria nas atividades que concorrem com produtos dos Estados Unidos e México, seguidos pelos do MERCOSUL+Venezuela (Quadro 7).

A produção de alimentos, a agricultura e a pecuária apresentam um coeficiente de emprego direto semelhante à média dos produtos comercializados. Se o foco é unicamente no emprego feminino, os setores comercializadores que apresentam um maior coeficiente (Vestuário e tingimento de peles - o coeficiente é 3 já móveis e Indústria manufatureira não especificada – 1), explicam somente 3.5% do total das exportações de 2005. Em alimentos e bebidas o coeficiente é 0.4 na agricultura e pecuária é 0.3.

**Quadro 7. Uruguai: distribuição das exportações, das importações e a quantidade de emprego feminino por sócios comerciais. Em porcentagens.**

	UE	MCS+ Venezuela	EUA	México	Índia, China, África do Sul	Resto do mundo	Total
<b>Exportações</b>	17,2	23,9	22,4	4,1	4,3	28,0	100,0
Emprego feminino	19,6	20,2	21,9	5,8	4,7	27,7	100,0
<b>Importações</b>	10,3	48,3	6,7	1,3	7,4	26,0	100,0
Emprego feminino	8,5	57,2	4,1	0,8	12,5	16,9	100,0

Fonte: Elaboração própria baseada nos relatórios de investigación do Uruguai- Azar, P. (2007).

Em síntese, a Argentina e o Brasil apresentam características semelhantes referente ao nível educativo do trabalho feminino participante nas exportações: é baixo para a UE mais alto para os Estados Unidos. As importações de ambos sócios comerciais afetam postos de trabalho feminino de nível educativo médio e alto. No caso do Chile é com estes dois sócios que mantêm o maior intercambio comercial, a participação das mulheres nas exportações é muito superior que nas importações.

Colômbia, por sua vez, concentra seu comércio nos Estados Unidos, sendo baixo o nível educativo das trabalhadoras que participam nas vendas, e mais elevado nos “ameaçados” pela compras. Por último, no Uruguai os postos de trabalho ocupados por mulheres influenciados pelas exportações são semelhantes para a demanda dos Estados Unidos, MERCOSUL e UE, mas o bloco regional promove empregos de maior nível educativo. Tal bloco afeta uma maior quantidade de trabalhadoras em relação às importações, mas em termos de nível educativo, as compras que procedem dos Estados Unidos e México afetam postos de trabalhos femininos com maiores níveis de escolaridade.

Em conclusão, como o padrão comercial não se diferencia muito por sócio, os resultados são bastante semelhantes se é aprofundada a relação comercial com um ou com outro. De todas as formas, o foco da discussão é que o comércio não gera suficiente emprego para que através da liberalização comercial sem políticas complementárias alcance o bem-estar.

### III. A economia do cuidado<sup>10</sup>

O aumento do emprego remunerado das mulheres mostra como as sociedades continuam resolvendo as tarefas vinculadas ao cuidado. Como expõe Marinakis (1999), as mulheres com maior nível educativo e melhor inserção no mercado de trabalho a pesar de contarem com recursos econômicos e/ou estratégias familiares para satisfazer suas necessidades de bem-estar tendem atrasar a maternidade e reduzir o número de filhos para garantir um ingresso pleno no mercado de trabalho. Enquanto, as mulheres com baixo nível educativo e escassos recursos econômicos têm um nível de fecundidade mais elevado e prematuro, ingressam de maneira cíclica no mercado de trabalho porque estão menos preparadas e as oportunidades oferecidas são de má qualidade com salários baixos.

O mantimento ou remoção destas condições têm importantes conseqüências para a igualdade de gênero, porque permitem um maior desenvolvimento de capacidades e opções para homens e mulheres ou perpetuam a divisão sexual do trabalho imperante.

A forma em que originalmente foram desenhados os serviços de bem-estar para as pessoas dependentes está sustentada na hipótese de que algum integrante da família resolve as necessidades cotidianas destas pessoas: população infantil, adultos maiores de idade, e as pessoas com deficiência. Em termos gerais pode se dizer que as políticas públicas não têm assumido a responsabilidade social do bem-estar.

Já pelo lado da oferta privada de serviços, pela própria lógica do mercado, tende encontrar nichos em problemas não resolvidos pelo setor público, provocando que o acesso aos serviços se diferencie em função à renda. Por sua vez nos serviços que tradicionalmente oferece o Estado como saúde e educação, a expansão da oferta contribuiria em reduzir as desigualdades de acesso que geram segundo extratos de renda e/ou região geográfica.

Em relação ao bem-estar, somente no Chile desde os últimos 2 governos de Concertamento começaram a instrumentar-se medidas para atender e promover maior ingresso no mercado de trabalho por parte das mulheres. A estratégia tem se baseado em oferecer serviços de cuidado infantil em jornadas de oito horas ou mais extensas para mulheres com escassos recursos que estão empregadas ou procuram trabalho, são chefes do lar ou mães adolescentes. Também se utilizaram medidas específicas para atender às necessidades de cuidado dos filhos/as das mulheres que trabalham no setor agro-exportador cujas colheitas acontecem na época das férias escolares.

Nos demais países, os serviços públicos de cuidado para crianças de 0 a 3 anos enquadram-se nos programas anti-pobreza cujo objetivo é oferecer assistência às crianças com participação das mães. Nestes casos não são aproveitadas as oportunidades para oferecer alternativas para a formação das mães e inserção no mercado de trabalho.

A informação disponível sobre o consumo de serviços de bem-estar infantil para o Brasil,

---

<sup>10</sup> Esta nota está baseada na informação relevada nos seguintes relatórios de investigação Argentina- Sanchís, N. (2007); Brasil- Guedes, M. (2007); De Melo, H. e Castilho, M. (2007); Chile- Reyes, N. e Paz, C (2007); Colômbia- Castro, V. (2007); México- Salazar, R. (2007) e Uruguai- Salvador, S. (2007).

Chile e Uruguai permite demonstrar que o incremento no consumo destes serviços se corresponde com o maior ingresso das mães no mercado de trabalho.

Portanto as desigualdades de acesso a estes serviços estão condicionando suas opções e oportunidades de trabalho.

A extensão da jornada escolar é outro dos temas de consideração já que o setor público tem se caracterizado por oferecer serviços de meia jornada enquanto o setor privado oferece serviços de jornada completa. Somente no Chile o governo esta promovendo a extensão da jornada escolar em todos os centros educativos. Nos outros países como o Uruguai, a Colômbia e Argentina os esforços estiveram orientados em tornar obrigatórios os níveis prévios para ingressar no primário. No Uruguai foram criadas escolas de tempo completo para os setores mais pobres da população com o propósito de melhorar o rendimento escolar. As reformas na Colômbia e Uruguai conseguiram melhorar cobertura dos níveis de mais baixa renda, mas na Argentina o processo de descentralização dos serviços iniciado em 1994 derivou num deterioramento na qualidade de serviços e uma maior segmentação da oferta por nível de renda da população. Em 2007 entrou em vigência uma nova lei de educação que procura superar estas diferenças.

Referente aos benefícios monetários para o cuidado infantil, que também podem estar vinculados a outras prestações na saúde para os filhos/as ou a legislação para estabelecer salas de maternidade por parte das empresas, estão condicionadas à vinculação formal das trabalhadoras no mercado de trabalho. O requisito da formalidade se manteve e se focalizou no acesso aos benefícios segundo limites máximos de renda, apesar de ser evidente um processo de desproteção do trabalho.

O problema do envelhecimento da população é especialmente grave na Argentina, Chile, Uruguai, por este motivo é acentuada o nível de dependência, sem que as políticas públicas tomem medidas para aliviá-la

Em termos de serviços tradicionais de bem-estar para esta população os serviços de saúde são mais relevantes. Neste caso, o setor público é um fator relevante tanto como provedor como financiador através do sistema de segurança social. No Brasil o sistema público oferece serviços a 70% da população maior de 65 anos. Nos demais países a participação do setor público é menor dependendo do sistema de saúde. Na Argentina se incrementou entre 1988 e 2001 a participação do setor público de 22% ao 28%. Estes níveis são mais elevados na regiões mais pobres. No México 20% da população é atendida pelo setor público e ao redor de 45 % em instituições de segurança social. No Uruguai 28.2% da população maior de 60 anos se atende no setor público e 58,6% em mutualistas (através da segurança social ou de maneira particular).

Nestes serviços, o setor privado encontra nichos de mercado na qualidade de serviço quando a oferta pública ou a do sistema de segurança social não é suficiente. Isto é claramente visualizado, por exemplo, na espera para ser atendido e períodos de hospitalização enfrentados. Também se desenvolveram outros serviços de enfermagem ou serviços de acompanhamento contratados de maneira particular. Ao mesmo tempo, existem centros de atendimento diário, lares ou asilos que geralmente são privados, sendo a oferta

pública muito baixa.

Os sistemas de segurança social são basicamente contributivos, isto gera uma menor proteção às mulheres que aos homens. As reformas não conseguiram melhorar o alcance provisional e, em alguns casos aprofundaram as diferenças por sexo ao promover uma relação mais forte entre os esforços contributivos e as prestações de cada indivíduo. Em todos os países nota-se maior dependência das mulheres às pensões não contributivas. Somente no México e no Chile as mulheres mantêm o privilégio de receber a pensão de sobrevivência sem exceção. Mas, em média, as mulheres recebem prestações inferiores que os homens, e apesar de que são a maioria da população de terceira idade estão sub-representadas entre os receptores de pensões contributivas e não contributivas.

Por sua vez, a legislação trabalhista, não se adequou aos novos requerimentos e demandas do bem-estar das famílias. A mesma atende basicamente às mulheres nos períodos de gestação, parto e amamentação. As licenças por paternidade e doença de filho/as são recentes e com pouca difusão. Na Argentina e no Uruguai as licenças por paternidade abrangem somente aos funcionários do setor público (no setor privado apenas nos casos de convênio coletivo). Enquanto no Brasil, Chile e na Colômbia abrangem todos os trabalhadores e no México não existem. As licenças por enfermidade de filho/a existem no Chile para crianças menores de um ano. Na Argentina e no Uruguai existe a opção de solicitar “licença especial” que no caso da Argentina não se recebe salário e no Uruguai é somente para funcionários públicos. Todos estes casos referem-se a trabalhadores do setor público ou que possuem cobertura da segurança social, ou seja, não são todas as pessoas empregadas que possuem este direito.

A provisão privada do bem-estar é através de creches, salas de maternidade etc.; as escolas de tempo completo; serviços de emergência móveis; atenção em domicílio ou em centro de saúde, asilos para idosos, ou centros de atenção a pessoas dependentes. Neste caso, é primordial que o Estado realize uma regulação e controle sobre o setor provedor de serviços de cuidado para garantir custos e qualidade adequados.

Em relação à distribuição das responsabilidades nos lares, a informação disponível mostra que em todos os países uma alta proporção das mesmas correspondem às mulheres<sup>11</sup>. No Uruguai 84% dos responsáveis dos lares são mulheres e mesmo quando trabalham de maneira remunerada, a carga de trabalho não remunerado supera às 40 horas semanais. Na Argentina, 78% das responsáveis dos cuidados nos lares são as cônjuges e fazem mais da metade da jornada do trabalho doméstico. No Brasil 91 % das mulheres com emprego realizam tarefas domésticas e dedicam uma média de 20,8 horas semanais; comparado a um 51% dos homens empregados que dedicam em média 9 horas semanais. No México, 95,6% das mulheres que participam de forma ativa no mercado de trabalho realizam trabalho doméstico e somente 58% os homens. Ao mesmo tempo o trabalho não remunerado absorve 31 horas semanais dos homens e das mulheres o dobro. A existência de duas pesquisas distanciadas no tempo permite constatar um leve aumento na participação masculina entre 1996 e 2002.

---

<sup>11</sup> Considera-se responsável do cuidado a pessoa que dedica a maior quantidade de tempo à realização, organização e distribuição das tarefas no lar.

#### **IV. Conclusão**

Este trabalho procura melhorar a compreensão de quais são os canais pelos quais o comércio internacional impacta nas relações de gênero. A evidência está dirigida, basicamente, a fenômenos macro e mesoeconômico (comércio - emprego - economia do cuidado) que não costumam aparecer nas análises convencionais.

A exploração se focalizou, primeiramente na quantidade de emprego por sexo e nível educativo nas exportações e importações. Para os países analisados, o comércio internacional não absorve uma proporção importante do emprego total e nem do emprego feminino. Esta conclusão é realçada no caso da Colômbia e do México pela importância dos setores do vestuário e maquiagem.

A especialização produtiva e a segregação por gênero nos empregos são pontos centrais da explicação. Também, notou-se que a proporção de emprego feminino tende a ser de baixa escolaridade e de menor educação que a média das mulheres com emprego. Na medida em que não são alcançados maiores níveis de diversificação, o crescimento do comércio na região não contribuirá para a quebra da segregação. Nem aproveitará as condições de qualificação da oferta de trabalho feminina.

Paralelamente a estes resultados, a análise da economia do cuidado procurou enfatizar que, mesmo quando as políticas comerciais são exitosas na criação de emprego e, em particular, de emprego feminino, se as políticas públicas não atendem a esfera reprodutiva isto não é suficiente para conseguir um impacto positivo em termos de igualdade social e de gênero. Isto é: decisões de política do âmbito netamente macroeconômico têm que contemplar a esfera mesoeconômica- mercado de emprego e economia do cuidado- se pretendem transformar-se em resultados positivos. Por sua vez, mesmo com uma estratégia exitosa de inserção internacional pode-se manter ou aprofundar a pobreza em duas vias: primeira, as menores possibilidades de emprego para as mulheres mais pobres; segunda, mesmo que cheguem a conseguir algum emprego, a mercantilização dos serviços do cuidado e as dificuldades para acesso aos mesmos perpetuam a sua desvantagem social e de suas famílias.

Como foi mostrado na segunda parte deste artigo, as medidas adotadas para cobrir as demandas de cuidado são insuficientes. Isto é comum em todos os países analisados. As lógicas da reprodução não foram contempladas pelo sistema econômico, mesmo que esta tenha estimulado a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Também não se distribuem as tarefas de cuidado do lar. A carga do cuidado continua recaindo nas mulheres trabalhando de forma remunerada ou não.

Conseqüentemente, enquanto a inserção feminina no mercado de trabalho não for acompanhada por uma mudança na distribuição de tarefas entre os membros do lar, enquanto as políticas públicas orientadas à provisão de serviços de cuidado não se hierarquizem, a carga de trabalho que assumem as mulheres continuará se multiplicando. Enquanto as decisões políticas tomadas na esfera produtiva (como as relativas ao comércio internacional) continuem ignorando estes aspectos seguirão colocando uma pressão sobre

os recursos humanos e sociais, que reforçam permanentemente as desigualdades sociais e de gênero. Neste sentido, o estudo é relevante não somente numa perspectiva de gênero senão também, desde uma perspectiva de combate à pobreza e à desigualdade.

É necessário assumir socialmente a responsabilidade pelo cuidado, reconhecendo o trabalho remunerado e não remunerado como um todo que contribui ao mantimento e reprodução do sistema econômico e social. Para isto é necessária uma visão integral na definição de políticas, que atendam as demandas de bem-estar da sociedade e considere suas inter-relações com o resto do sistema para evitar efeitos contrapostos.

Desde a perspectiva feminista, os desafios para alcançar novas ferramentas para a análise e para o desenho de políticas comprometidas com o bem-estar, partem de reconhecer que o funcionamento do sistema econômico é possível porque existem atividades remuneradas e não remuneradas. Neste sentido, enfoques econômicos como os utilizados neste trabalho procuram oferecer melhores bases para entender o comércio e o desenvolvimento como processos “generalizados”, que possuem lugar através de instituições também “generalizadas”. Discutir a existência de divergências de gênero e voltá-las visíveis nos estudos pode fazer com que os agentes e espaços que transmitem e reproduzem o *status-quo* se transformem em agentes para mudança.

## Referências bibliográficas

Agarwal, B. (2004): “Challenging Mainstream Economics: Effectiveness, Relevance and Responsibility”, en Agarwal, B. (ed.) *Feminist Economics as a Challenge to Mainstream Economics?*, IAFFE Newsletter, Vol. 14 No. 3, Special Edition.

Artecona, R. and Cunningham, W. (2002): “Effects of trade liberalization on the gender wage gap in Mexico”, *Gender and Development*, Working Paper Series 21, The World Bank, Washington D.C

Becker, G. (1971): *The economics of discrimination*, University of Chicago Press.

Borjas, G., R. Freeman y L. Katz (1992): On the labor market effects of immigration and trade, en G. Borjas y R. Freeman (comps.), *Immigration and the Work Force: Economic Consequences for the United States and Source Areas*, Chicago, University of Chicago Press.

----- (1996): Searching for the effect of immigration on the labor market, *American Economic Review*, vol. 86, N° 2, Nashville, Tennessee, American Economic Association.

Çağatay, N. (2001): “Trade, gender and poverty”, Background Paper for UNDP (2003).

Castilho, M.. (2005): “Integración regional y mercado de trabajo: repercusiones de los acuerdos regionales en Brasil” en *Revista de la CEPAL*, vol. 87, Santiago de Chile.

----- (2006): “Contenido de empleo del comercio exterior”, documento metodológico preparado para el Proyecto: “Comercio, género y equidad en América Latina: generando conocimiento para la acción política”, Capítulo Latinoamericano de la Red de Género y Comercio- IDRC, disponible en [www.generoycomercio.org](http://www.generoycomercio.org)

CEPAL (2002): *Globalización y desarrollo*, CEPAL, Santiago de Chile.

CEPAL (2007): *El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe*, X Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe, CEPAL, Santiago de Chile.

Cimoli, M. (ed., 2005): *Heterogeneidad estructural, asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina*, CEPAL-BID, Santiago de Chile.

Cortes, O., S. Jean y J. Pisani-Ferry (1996): Trade with emerging countries and the labour market: the French case, *CEPII Working Paper*, N° 96-04, París, Centro de información y estudios prospectivos internacionales (CEPII).

Elson, D. y Çağatay, N. (2000): “The Social Context of Macroeconomic Policies” en *World Development*, vol. 28, no. 7: 1347-64.

Elson, D. (2007): "International Trade and Gender Equality: Women as Achievers of Competitive Advantage and as Sources of Competitive Advantage", ponencia presentada en International Symposium on Gender at the Heart of Globalization, 21-23 March, Paris.

----- (1998): "The Economic, the Political and the Domestic: Businesses, States and Households in the Organization of Production" en *New Political Economy*, vol.3, No.2.

----- (1995): *Male Bias in Economic Development*, University of Manchester Press, Manchester.

Espino, A. (2007): "Género y economía", trabajo en curso, Agenera, El Salvador.

Fontana, M., Joekes, S., Masika, R. (1998): "Global trade expansion and liberalisation: gender issues and impacts", BRIDGE Report N°42, Institute of Development Studies, University of Sussex.

Joekes, S.(1995): "Trade related employment for women in the industry and services in developing countries", Occasional paper N°5, UNRISD, Geneva.

Kucera, D. y Millberg, W. (2000): "Gender segregation and gender bias in manufacturing trade expansion: revisiting the "wood asymmetry"" en *World Development*, special issue on Growth, Trade, Finance and Gender Inequality (7): 1191.

Lawson, T (2003): "The Nature of Post Keynesianism, and the problem of delineating the various heterodox traditions" en *Reorienting Economics*, Cap. 7, Routledge, London-New York.

Leamer, E. (1996): In search of Stolper-Samuelson effects on US wages, *NBER Working Paper*, N° 5.427, Cambridge, Massachusetts, National Bureau of Economic Research.

López, A. (1996): "Las ideas evolucionistas en economía: una visión de conjunto", CENIT, Buenos Aires.

Marinakis, A.E. (1999): *Género, pobreza y empleo en los países del Cono Sur: Interrelaciones y estado de situación*, Santiago de Chile: OIT & ETM, 1999. N° 112.

May, A.M. (2002): "The feminist challenge to economics" en *Challenge*, November-December, vol. 45, N°6: 45-69.

Osterreich, S.(2002): "North-South gender gaps in wages and the Prebisch-Singer thesis: an empirical investigation", ponencia para Conference on New Directions in Research on Gender-Aware Macroeconomics and International Economics, Lecy Economics Institute of Bard College, May.

Picchio, A. (2001): “Un enfoque macroeconómico «ampliado» de las condiciones de vida” en Cristina Carrasco (ed): *Tiempos, trabajos y género*, Jornadas organizadas pelo grupo de investigação da Universidade da Barcelona, Universitat de Barcelona, Barcelona.

Rodríguez-Enríquez, C. (2005): Macroeconomía y Economía del cuidado: un abordaje conceptual preliminar ponencia presentada al Seminario *Género y Economía: desafiando fronteras. Desarrollo de la disciplina y de las políticas públicas*, Centro de Estudios de la Mujer, mayo, Santiago de Chile.

Salvador, S. (2007): “Estudio comparativo de las instituciones pertenecientes al sector del cuidado y la distribución de las responsabilidades de cuidado en el hogar en Argentina, Brasil, Chile, Colombia, México y Uruguay”, Proyecto: “Comercio, género y equidad...”, LA-IGTN-IDRC, disponible en [www.generoycomercio.org](http://www.generoycomercio.org)

Seguino, S. (2000): “Gender Inequality and Economic Growth: a Cross Country Analysis”, *World Development* 28 (7) pp.1211- 1230.

UNCTAD-United Nations Inter-Agency Task Force on Gender and Trade (2004): *Trade and Gender: Opportunities, Challenges and the Policy Dimension* TD/392, UNCTAD, Geneva.

Van Staveren, I. (2005): “Post Keynesianism Meets Feminism”, Annual Conference of IAFFE, Washington DC June 17-19.

Wood, A. (1991) ‘North-South Trade and Female Labour in Manufacturing: an asymmetry’ in the *Journal of Development Studies*, 27 (2): 168-169.